



Saturnino Braga

**LIÇÕES DO
GOLPE**



FUNDAÇÃO
Perseu Abramo
Partido dos Trabalhadores

Lições do Golpe

Saturnino Braga

Lições do Golpe

Fundação Perseu Abramo

Instituída pelo Diretório Nacional do Partido dos Trabalhadores em maio de 1996.

Diretoria

Presidente: Marcio Pochmann

Vice-presidenta: Iole Ilíada

Diretoras: Fátima Cleide e Luciana Mandelli

Diretores: Kjeld Jakobsen e Joaquim Soriano

Editora Fundação Perseu Abramo

Coordenação editorial: Rogério Chaves

Assistente editorial: Raquel Maria da Costa

Revisão: Eduardo Marcos Fahl e Angélica Ramaciotti

Editoração eletrônica: Gapp

Capa: Antonio Kehl

Foto da capa: Marcelo Camargo (Agência Brasil)

Foto da quarta capa: Sérgio Silva (gentilmente cedida)

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

B813l Braga, Saturnino.

Lições do golpe / Saturnino Braga. – São Paulo : Editora
Fundação Perseu Abramo, 2016.

64 p. : il. ; 19 cm.

ISBN 978-85-5708-032-4

1. Brasil - Política e governo - 2016. 2. Brasil - Impeachment.
3. Rousseff, Dilma, 1947- Impeachment. I. Título.

CDU 32(81)

CDD 320.981

Fundação Perseu Abramo

Rua Francisco Cruz, 234 Vila Mariana

04117-091 São Paulo – SP

www.fpabramo.org.br

f: 11 5571 4299

Sumário

Prefácio	7
Correios, uma apresentação	11
Brasil 2016.....	13
O ano brasileiro	15
Derrubar o Brasil	19
Suspensão.....	23
O juiz Moro	25
Moro, de novo	27
Combate à corrupção	29
O golpe	33
Novamente o golpe	35
Panamá Papers	37
Consumado.....	41
Separando ideias.....	43
Revalorização da política.....	45
Dez pontos para reflexão	49
Autocrítica	53
Escancarado	57
As razões dos outros	59
Sobre o autor	62

Prefácio

No dia 30 de março de 1966, instalou-se a CPI do TIME-LIFE, sob a presidência do jovem deputado Roberto Saturnino Braga, do Partido Socialista Brasileiro (PSB), pelo Rio de Janeiro.

Cinco meses depois, a CPI aprovou por unanimidade o parecer do relator Djalma Marinho que denunciava: o acordo da Rede Globo com o grupo americano TIME-LIFE feria o artigo 160 da Constituição, que impedia “uma empresa estrangeira de participar da orientação intelectual e administrativa de sociedade concessionária de canal de televisão”.

E recomendava punir a Globo pela infringência de dispositivo da Constituição!

Onde já se viu? Querer punir a Globo!

A Globo se safou.

O governo Costa e Silva mandou um ministro comprar publicidade governamental maciçamente na Globo, a preço de tabela, até que ela pudesse comprar de volta as ações dos americanos.

Os brasileiros, acionistas do Banco do Brasil, da Petrobras e da Eletrobras, portanto, pagaram para Roberto Marinho ter a propriedade exclusiva da Globo.

Saturnino Braga pagou caro pela coragem!

Foi perseguido implacavelmente pela Globo até os dias que correm.

Os Marinho, como os Bourbon, não aprendem nada mas também não se esquecem de nada.

Saturnino era prefeito do Rio e tentava uma experiência pioneira de administrar com a comunidade.

Um dia, inesperadamente, soube que o governo federal tinha decidido não negociar a dívida da cidade do Rio.

Decretara sua falência irremediável.

Um gesto fora do padrão administrativo, da técnica de Tesouraria e da Ética.

Foi no governo de Roberto Marinho, quando, formalmente, o presidente da República era José Sarney, e o ministro da Fazenda, Mailson da Nobrega.

Era a vingança!

Saturnino resistiu à perseguição e ao estigma de ser um mau administrador, disseminado pelos muitos braços da Globo.

Voltou ao Congresso, como senador.

Um dia, no blog *Conversa Afiada*, sugeri que o presidente Renan Calheiros colocasse uma placa na estrada principal do plenário do Senado: “Senhor senador, aqui serviu Roberto Saturnino Braga. Em homenagem a ele, defenda o interesse nacional e o povo brasileiro”.

Aparentemente, a sugestão não foi bem recebida – nem o exemplo, seguido.

Num dos “Correios”, Saturnino se diz “fora do mundo real, sou um velho socialista, não vejo televisão e não tenho celular”.

Parece nostálgico do Rio em que viveu – e o autor dessas mal traçadas linhas também –, quando havia o *Correio da Manhã*, *Diário de Notícias* (onde estagiei), *Jornal do Brasil* (onde trabalhei), *Diário Carioca*, *O Jornal*, *O Dia*, *Imprensa Popular*, *O Globo*, *A Noite* (onde estagiei), *Última Hora*, e *A Notícia*.

E, não, como hoje, quando há uma única voz.

A de sempre ... “a verdade é dura, a Globo apoiou a ditadura”...

Esses “Correios” revelam a sensibilidade política, a agudeza de raciocínio do experiente economista do BNDE, mais do que nunca instalado no mundo real.

Nenhum outro publicista chamou tanto a atenção, no golpe contra a Dilma, para o papel da adesão do Brasil aos BRICs.

Estava aí o germen – e Saturnino observou logo –, o símbolo do rompimento do Brasil com a zona de influência norte-americana e, como no Paraguai, o golpe começou em Washington, como em 1964.

A associação à Rússia, à Índia, à China e à África do Sul deu uma nova dimensão ao nacionalismo brasileiro.

E, lamentavelmente, essa bandeira do “nacionalismo” se tinha perdido na esquerda brasileira – com a exceção desse farol, Saturnino Braga.

Ainda bem que, como na Europa e na Grã-Bretanha do Brexit, o nacionalismo não tenha sido embolsado pela direita furiosa.

Aqui, a furiosa direita, gulosa, predadora, apossou-se rapidamente do Itamaraty para, de novo, tirar os sapatos no aeroporto Kennedy.

Onde estão os nacionalistas de antanho?

Os Saturninos?

Sumiram no economicismo, no desenvolvimentismo ralo, no ajuste de esquerda *versus* ajuste de direita.

E a direita, não! Foi direto ao ponto: entregar logo o pré-sal à Chevron.

Saturnino faz também severa crítica ao udenismo interessado do Juiz Moro.

Saturnino põe o dedo na ferida: o Dr Moro, como um Lacerda sem talento, tá a fim é da cabeça do Lula.

De quebra, ele quebra a Petrobras, a Eletrobras e o acervo nacional de engenharia pesada – para entregar aos americanos.

(Ou aos chineses...)

Mas, o “velho socialista” sabe tudo.

Diz no pé de um dos “Correios”:

“O golpe vai ter pressa; a democracia precisa organizar a resistência. O Brasil precisa resistir.”

Senador, é só chamar !

Paulo Henrique Amorim
Jornalista

Correios, uma apresentação

Findo o meu último mandato de senador em 2006, desliguei-me de toda atividade política direta, de cunho partidário, fatigado pelo tempo de exercício, desde 1962, e desajustado nos paradigmas mercantilizados que se instalaram na política do país, sob a égide do mercado, a partir de 1990.

Não poderia, entretanto, desligar-me completamente da política, que foi o interesse maior da minha vida e que constitui, a meu juízo, uma obrigação de todo cidadão. Assim é que resolvi começar a escrever artigos sobre temas políticos, que enviava a um grupo de dezenas de amigos interessados e participantes como eu. Este grupo cresceu, por demanda própria, para várias centenas, e tornou-se uma obrigação minha, cumprida semanalmente, a elaboração de um artigo, quase sempre abordando a política, nacional e internacional, e abrindo algumas vezes oportunidades para divagações também de natureza cultural ou filosófica.

Assim nasceram os *Correios Saturnino*, emitidos semanalmente, consubstanciando minha opinião pessoal sobre vários temas relevantes, opinião amadurecida em décadas de participação política e resumida num conjunto que hoje vai se aproximando das quatro centenas de artigos, cobrindo um período de quase oito anos.

“Lições do Golpe” é uma pequena coletânea de 17 desses *Correios* semanais, escritos durante o corrente ano de 2016, focalizando o tema do impeachment da presidenta Dilma Rousseff.

Saiu Joaquim Levy e entrou Nelson Barbosa. Vai sair Eduardo Cunha, que só entrou para promover o impeachment. O que não significa o fim do impeachment, já que os interessados querem continuar sangrando indefinidamente o governo, mesmo ao preço de sangrar o Brasil, com a realimentação contínua de uma crise política sem fim. O pequeno Neves insistirá em sua derradeira cartada, embora o príncipe dos sociólogos talvez não queira mais se arriscar a uma erosão de imagem. Mas o Brasil é maior que tudo isso, e vai recuperar a saúde, lentamente, sim, ao curso deste 2016.

A taxa de câmbio encontrou um patamar realista e as contas externas se vão equilibrando: a balança comercial teve um superávit de US\$ 20 bilhões e os investimentos externos continuam elevados. O ajuste fiscal também encontrou um nível mais adequado, menos demolidor, e a receita vai parar de cair, e vai retomar seu ritmo positivo com a reaprovação da CPMF, que nunca deveria ter sido abolida, senão em troca de uma profunda reformulação do imposto de renda. A Medida Provisória 703, permitindo acordos de leniência com as empresas envolvidas nas apurações de corrupção, vai propiciar a retomada das atividades dessas importantes forças da economia nacional. A Petrobras se rearruma e tem todas as condições de recuperar seu papel decisivo de alavanca mais potente desta economia, apesar do continuado e político aviltamento do preço do petróleo. Ficam faltando a redução da espoliativa taxa de juros que virá a seu tempo (que seja curto este tempo), e a implementação de uma política reativadora da indústria, desgastada por anos de câmbio valorizado.

O PT, reanimado com a demissão de Levy e bem ciente, agora, de que a ética dos fins por si só não basta e é necessário também o rigor na ética dos meios (como clamava na sua origem), o PT procura religar-se a suas bases e oferece uma proposta de política econômica bastante positiva (com exceção da desnecessária legalização do jogo). E o governo, em sintonia, anuncia medidas na direção da revitalização da economia.

Chove bastante no centro-sul e o ano começa com uma brisa de bons augúrios para nós brasileiros. O mundo continua afundado em grave crise, econômica e político-militar, mas também mostra aspectos animadores: a liderança expressiva do papa Francisco e o avanço do Acordo ambiental de Paris. Eu me regozijo com as apreciações do sociólogo italiano Domenico Masi sobre o nosso país, e me permito prever unicamente que Dilma Rousseff terá uma vitória expressiva e merecida ao fim do seu mandato, depois de enfrentar com bravura, com firmeza e honradez, toda uma investida demolidora dos interesses do grande capital. O capital conseguiu derrotar a Argentina e, provavelmente, levará à derrocada a revolução venezuelana. O Brasil, entretanto, é maior e mais capaz de resistir: a Petrobras é muito sólida e competente, as universidades brasileiras cresceram uma enormidade neste início de século, seus frutos vão aparecer, e a consciência de sustentação do modelo de novo desenvolvimento com mais justiça e mais independência enraizou-se com profundidade no pensamento popular.

O PT, que foi o principal veículo desse projeto, sofreu grande desgaste e seu reerguimento como partido vai exigir toda uma demorada reformulação que pode ultrapassar o tempo da eleição geral de 2018. Enganamente, todavia, os que pensam que o PSDB pode levar: o novo pensamento cristalizou-se na visão popular, apesar de toda a campanha da mídia comprometida com o capital. Ademais, a História garante que a UDN não ganha eleição presidencial no Brasil.

Pode ser pouco para uma perspectiva otimista, mas dá para ver um ponto de inflexão na trajetória amarga de todo esse ano que findou.

O ano brasileiro

O ano brasileiro começa depois do carnaval e quero falar do que estou sentindo nestes primeiros dias de 2016: calor, principalmente; afinal chegou o indefectível verão solar, de 40° centígrados, no Rio de Janeiro.

Além do calor, uma coisa bem brasileira: a abundância de curvas femininas exuberantes e coloridas em todas as imagens de mídia, e a lembrança clara que me vem da noite em que Brizola ofereceu ao senador Ted Kennedy um jantar no Palácio Laranjeiras; belo, saboroso, ameno, civilizado, ao fim do qual, concatenadamente, começou a se ouvir ao longe o batuque de uma bateria que chegava. Todos se levantaram e se dirigiram ao pátio do Palácio, onde apontou, garbosa, a comissão de frente de uma escola de samba bem paramentada e logo a bateria irresistível, o senador começou a gingar alegre e desengonçado, no jeito de turista americano. Foi quando surgiram no fundo as morenas formosas, excitantes, generosas, sambando o bom samba brasileiro. E uma descarga elétrica fez lembrar imediatamente ao senador as raízes calvinistas do seu povo e o perigo de uma foto mal tirada, levando-o a um gesto pouco cortês, de avançar a mão subitamente em agradecimento e despedida, a um Brizola que custou a compreender e a corresponder, mal podendo acompanhar o convidado ilustre, que não se despediu de mais ninguém e se escafedeu pela lateral do Palácio, onde estava estacionado o seu carro.

Pois é este mesmo povo calvinista que está assustando o mundo do business, mostrando uma inesperada vontade de mudar, que parece impregnar os mais jovens entre a maioria branca, dando expressivas vitórias nas primeiras prévias ao candidato socialista Bernie Sanders, senador de

Vermont. Esta é a primeira notícia destacada a comentar neste ano que se inicia no Brasil.

O *business*, entretanto, confia na sua força econômica e sabe que ao fim e ao cabo vencerá a guerra. O *business* é internacional e sua presença é forte também em nosso País, a ponto de comandar toda a nossa grande mídia, como acontece em todo o continente sul-americano. Comanda também grande parte dos Poderes Legislativo e Judiciário, mas perdeu aqui, faz 13 anos, o Poder Executivo, fato extraordinário, surpreendente, imprevisto e completamente inaceitável. É preciso corrigir esta deformação grave e recuperá-lo a qualquer custo.

Quase o conseguiu na eleição de 2014, usando as informações que tinha da espionagem sobre a grande empresa brasileira de petróleo para desencadear uma demolidora campanha sobre ela, empresa, que explodiu no momento próprio, como um poderoso torpedo, sobre a candidatura da presidenta que disputava a reeleição.

Perdeu mesmo assim, mas por pouco. Absolutamente inconformado com o resultado, lançou imediatamente a devastadora campanha do impeachment que paralisou o país e sua economia, mas não conseguiu derrubar a presidenta. Porfiou o ano inteiro de 2015, que findou sem o resultado pretendido, mas pelo menos o Brasil se enfraqueceu e a Petrobras quase naufragou, dois efeitos bem positivos para o *business*. Ademais, o partido impertinente rolou escada abaixo nos ibopes e a imagem da presidenta definhou.

Não é suficiente, entretanto: um novo ano se abre e é preciso continuar a luta, não desistir do impeachment, afundar mais a economia brasileira e ao menos garantir a vitória nas próximas eleições. É preciso destruir então a figura maior do partido renitente, seu líder principal: afastá-lo completamente do próximo pleito. Ele andou cogitando de comprar um apartamento tríplice perto da praia e frequentou muito um belo sítio de amigos no interior do Estado; ademais, sua esposa comprou um barco de pescador e seu filho associou-se a empresários. Pronto, é por aí. Os profissionais da imprensa investigadora que caíam em campo a produzir os abalos necessários.

O *business*, todavia, não obstante sua força, tem também seus pontos fracos; e o principal é subestimar sempre a inteligência popular.

O povo perdeu muito da confiança que tinha no seu partido depois do bombardeio longo e arrasador de toda a mídia. Mas ainda gosta do seu líder maior e se incomoda de vê-lo tão perseguido, atacado por todos os lados. O povo também pensa, reflete, vê o outro líder adversário, que também foi presidente, que fez tanto mal ao país vendendo patrimônio público a preço de banana, sempre sorridente nos jornais, como se gostasse de toda essa derrocada, morando num grande apartamento no bairro mais caro de São Paulo, possuindo fazenda cheia de bois, sem que ninguém fale nada sobre isso. O povo olha desconfiado e pensa em silêncio. Mas o *business* não dá importância a este pensamento. O *business* entende mesmo é de mercado, de coisas que se compram e vendem. Eis.

Derrubar o Brasil

Há um propósito de derrubar o Brasil, estou mais que convencido. A UDN quer derrubar a presidenta Dilma e assumir o poder sem ganhar eleição, como sempre fez. Mas há uma força maior, que comanda o processo de fora, e quer derrubar este novo Brasil que assumiu a liderança do continente sul e se aliou aos BRICs (bloco formado pelo Brasil, Rússia, Índia e China) para criar novas agências financeiras internacionais e mudar o mundo. E o caminho mais eficaz para realizar aquele propósito é manter viva a ameaça de impeachment, paralisar o governo e o país num longo processo circular de causação, crise política-crise econômica, jogando o Brasil ladeira abaixo.

Quando o cenário parecia tender à regularidade, permitindo a retomada de ações do governo segundo uma pauta positiva politicamente negociada; quando o setor externo se reequilibra e as pesquisas começam a indicar uma recomposição da confiança dos empresários, aparece uma nova figura, o marqueteiro da campanha, preso e acusado, numa evidente manobra de envolvimento da presidenta.

Cheguei a acreditar inicialmente que havia um processo capaz de reduzir a influência do dinheiro na política, acabando com marqueteiros e gastos excessivos nas campanhas eleitorais. Cheguei a acreditar num saldo final positivo para a moralização da vida pública brasileira, mesmo com o preço de injustiças e abusos de poder, como costuma ocorrer na política em qualquer lugar do mundo. Mas voltei a cair na desconfiança profunda, na crença mesmo de um projeto de *business* de fazer o Brasil retroceder nos avanços importantes que havia conseguido nos campos interno e externo: um projeto de afirmar o poder do capital e do mercado, dissolver a

Petrobras, símbolo da interferência do Estado, e desbaratar os BRICs, que ameaçaram o poder do *business*.

É isso, o objetivo é que o ano 2016 transcorra na batalha política que estraçalha a economia. Mesmo que se repita a história do golpe udenista e da vitória popular na eleição seguinte, a demolição estará cumprida, será preciso o Brasil recomeçar de baixo. O quadro político que se instalaria no caso de um impeachment seria de um período de caos sob a presidência de Eduardo Cunha (PMDB), de curta mas imprevisível duração. Um quadro que faz parte do projeto de derrubada em marcha.

O efeito certamente se fará sentir em todo o continente sul-americano e obviamente complementa o projeto no Brasil: a derrubada também na Argentina, na Venezuela, na Bolívia e no Equador, o triunfo do *business* numa manobra continental como de outras vezes. O inesperado nisso tudo é que se forma um processo de insatisfação crescente dentro da própria pátria do capital, aparecendo pela voz brilhante do senador Sanders. Mas é ainda só um aviso; dá para ganhar ainda muito dinheiro antes que este aviso vire realidade.

Poder-se-ia tentar desenvolver aqui uma negociação política honesta, a presidenta parece desejar esta tentativa. Discutir a reforma da previdência e torná-la mais aproximada da nova realidade: as pessoas vivem hoje, em média, mais do que 70 anos e não deveriam poder se aposentar antes dos 60. Seria razoável aprovar consensualmente uma reforma que respeitasse os direitos daqueles que estão próximos da aposentadoria no antigo esquema. A forma da presença decisiva da Petrobras como operadora do Pré-sal ao que parece está sendo objeto de uma negociação. No bojo dessa negociação, tem que haver obviamente contrapartida do mercado: uma boa redução dos juros que, de longe, constituem o maior rombo no equilíbrio das nossas contas públicas. Não é possível que não haja outro meio de conter a inflação senão o de repassar tantos bilhões de reais da receita pública para os bancos e os rentistas milionários.

Não há, todavia, esta disposição honesta por parte do *business*; o que há é o desígnio de depor a presidenta num processo longo que sirva ao pro-

pósito de sangrar o Brasil mais um ano e criar, se possível, um período de caos; desmontar a grande e histórica empresa petrolífera, orgulho dos brasileiros, desmoralizar empresários importantes e grandes companhias de engenharia que se afirmavam internacionalmente, mostrar ao nosso povo que deve ficar no futebol e no carnaval, não pode e não deve ter aspirações outras de dignidade e grandeza.

Vivemos outros episódios análogos em nossa História. Vamos enfrentar mais este.

Suspensão

Francamente, não tenho o que dizer neste *Correio*, além da manifestação de repúdio em relação à violência cometida contra o ex-presidente Lula, o aparato de força à primeira hora do dia, como se um criminoso fosse fugir. Um ex-presidente da República conserva ainda todos os contornos honrosos de uma Instituição maior e, por conseguinte, uma aura de respeito que deve ser considerada em qualquer hipótese. Merecia mais respeito, ele mesmo disse cheio de razão. O presidente Fernando Collor de Mello (1990-1992) foi deposto, mas nunca submetido a operações de força como ex-presidente investigado e julgado. O presidente Getúlio Vargas, acusado de crimes muito graves, que iam até a tentativa de homicídio do líder da oposição, investigados por forças militares que agiam à margem das regras constitucionais, ia certamente ser deposto, mas não chegou a ser conduzido à força para a “República do Galeão”. É a primeira vez que se quebra no Brasil este padrão de comportamento. É grave. É tudo que me ocorre dizer.

Fico em suspenso, no aguardo dos desdobramentos deste fato grave. Esperando o próximo lance do juiz Moro, que assumiu a autoridade maior do país, mesmo sem passar pela legitimação do voto do povo.

Não só eu – a nação inteira está em suspenso – e só os interesses estranhos, que lucram com a derrocada política e econômica do Brasil, observam tudo isso com regozijo. Um júbilo capitalista que logo se refletiu na taxa de câmbio e na bolsa de valores.

O juiz Moro

O Brasil vive um momento de profunda e perigosa divisão política, que faz lembrar o mesmo mês de março de 52 anos atrás. Estou em suspenso, como toda a nação, na expectativa do que pode acontecer de grave em confrontos de rua no próximo domingo.

Claro que há muitos fatores e razões na causação deste confronto tão profundo e oneroso. Acho mesmo que há fatores externos, interessados no desmoronamento de um projeto brasileiro deflagrado em 2003, como tenho dito repetidamente.

Mas há, obviamente, também fatores internos: a mesma mídia de 1954 e de 1964, o mesmo grupo político que se opõe a todas as tentativas de implantação de um modelo de desenvolvimento que priorize a justiça social e a autonomia nacional, tentando desqualificá-lo com o adjetivo de populista; o mesmo grupo que levanta sempre a bandeira do combate à corrupção.

O processo de confronto é, evidentemente, político na sua essência e sua liderança deve ser assumida por figuras políticas, declaradamente políticas, limpidamente políticas, com foi, por exemplo, Carlos Lacerda (UDN) naqueles tempos.

Desta feita, entretanto, o líder político se esconde sob a toga de um juiz. Aparece com a face de um magistrado austero e rigoroso, mas age sob sua outra face, oculta, a de um político matreiro, que faz jogadas espetaculares, estrategicamente combinadas com a mídia, vazamentos selecionados, tudo com o propósito de desmoralizar perante a opinião pública um partido político, o PT, e derrubar o seu governo conquistado legitimamente

pelo voto. Quer imitar a justiça italiana no combate à máfia, como se o PT fosse comparável, no seu pré-julgamento, à camorra assassina.

O juiz Moro é um radical, desprovido desta qualidade essencial da autoridade que é o bom-senso; o juiz Moro tem duas faces e isto é muito desonesto. Esta é a minha opinião; esta é a minha grande preocupação.

A minha esperança está no bom-senso do povo brasileiro, nisto que falta ao juiz; no bom-senso de rejeitar este macartismo da pior espécie e deixar passar este dia 13 sem confrontos nem radicalismos, na convicção de que o Brasil sairá de mais esta crise, sem traumas nas suas instituições democráticas, e retomará seu desenvolvimento. E punirá de forma exemplar, pelo julgamento adequado e sereno dos seus tribunais superiores, os que realmente cometeram atos de corrupção com dinheiro do povo.

Moro, de novo

Era uma vez um senador de prestígio, líder do governo, que deu um mau passo, tentando armar um esquema de fuga para um corrupto preso. Foi ardilosamente traído pelo filho do corrupto, que gravou a conversa e levou-a ao juiz Moro, que devia estar esperando porque provavelmente tinha montado o esquema da traição. E, claro, botou logo a conversa na mídia.

O senador, da noite para o dia, virou presidiário linchado na boca do povo e sentiu crescer dentro de si o sentimento humano do ódio. Ódio ao traidor, evidentemente, mas ódio também aos companheiros que não se mexeram para salvá-lo; ódio aos políticos, à política, à mídia, ao juiz, ao judiciário, ódio à República, que acabou se tornando um ódio incendiário.

Com este propósito, de incendiar a República, deu um depoimento, fez uma “delação”, dizendo tudo o que sabia e mais o que inventou ou aumentou, cheio de ódio, na sanha de tocar fogo no país.

Sem investigar as acusações, o juiz Moro colocou na mídia a “delação” e tudo logo virou verdade e manchete demolidora contra um mundo de gente, especialmente do governo e do PT.

Cercada pelo incêndio, fatigada pelo assédio implacável de mais de um ano, a presidenta resolveu convocar o líder maior e nomeá-lo chefe da Casa Civil, com a missão de articular uma reação política, envolvendo políticos e líderes da sociedade.

Pareceu à primeira vista uma renúncia: Lula, na Casa Civil, seria o chefe do governo, não mais ela. Podia ser uma licença, não uma renúncia: Lula assumia, articulava a reação, vencia o impeachment e devolvia a ela o

governo. De qualquer maneira um risco muito grande, uma jogada arriscada passível de uma interpretação de quase desespero. E, mais ainda, uma interpretação de mera proteção contra a prisão de Lula.

Mas o desespero parece estar, também, do outro lado, porque o juiz Moro escalou na ousadia e na arbitrariedade: interceptou e gravou conversas telefônicas da presidenta, entre as quais uma com o ex-presidente Lula, e, mais, além de espionar e grampear a presidenta, providenciou, rapidamente, a publicação das palavras trocadas, que apareceram em destaque nas manchetes da mídia sua aliada no golpe, como se fossem palavras criminosas.

Que de criminosas nada tinham. E a presidenta, na cerimônia de posse do novo ministro, fez um pronunciamento límpido e incisivo, repudiando energicamente o golpe, mostrando a falácia da interpretação do juiz e da mídia sobre as suas palavras, e elucidando o significado da presença de Lula no governo: uma união de todas as forças brasileiras, com a capacidade de articulação dele, para enfrentar a poderosa armação de golpe que mais uma vez ameaça a República. Discurso claro e convincente, de calar painéis que se ensaiavam no início.

Outro discurso em tom de grandeza fez Lula na manifestação em São Paulo, confirmando a interpretação correta da sua nomeação, buscando o entendimento nacional em prol do Brasil, cuja economia vem sendo destruída pela crise política. Manifestações expressivas contra o golpe ocorreram em todas as capitais do país.

Mas é claro que o golpe está armado e tem forças muito poderosas, a Fiesp e a Fierj já aderiram, até a OAB (!); a bolsa já subiu e o dólar já caiu, o capital sabe das coisas, a Febraban não disse nada porque nunca diz nada, leva sempre a melhor, assim como os silenciosos fantasmas do Norte, já denunciados por Edward Snowden tempos atrás, numa delação que nada tinha de premiada nem de interessada.

Combate à corrupção

Nenhum brasileiro de boa-fé minimiza a importância do combate à praga da corrupção que infesta o país há tanto tempo. Entretanto, francamente, não acredito que esta Operação Lava Jato tenha como objetivo principal o combate à corrupção. Avanço minhas razões.

Porque conheço, há tempos, aqueles que se tornaram claramente os principais alvos da operação, Dilma e Lula; conheço ambos o suficiente para afirmar, de consciência absolutamente firme, que não são brasileiros corruptos. Esta é, claro, uma razão inteiramente minha, subjetiva, não vale para outros, mas tem valor decisivo para mim e por isso eu a coloco aqui em primeiro lugar.

Não acredito, ademais, porque o juiz que conduz a operação e o ministro do Supremo Tribunal Federal (STF) que lhe dá apoio são flagrantemente parciais nas suas ações, numa articulação política, obviamente combinada com a grande mídia, cujo propósito é, evidentemente, derrubar o PT e o seu grande líder.

Porque houve, em passado recente, oportunidade ímpar de iniciar um eficaz combate à corrupção no país, com as operações Satiagraha e Castelo de Cartas, levantadas pela Polícia Federal e arquivadas pela mão do mesmo ministro do Supremo, agora tão ativo. Essas operações envolviam altas figuras dos partidos hoje tão empenhados no impeachment, incluindo um famoso banqueiro, Daniel Dantas, que é talvez a figura mais carregada de acusações em todo o país.

Em passado também recente, o presidente Fernando Henrique Cardoso, tão empenhado na Lava Jato, sustentou um procurador-geral co-

nhecido como o “engavetador-geral da República”, uma figura que deixou de existir no governo de Dilma Rousseff, que jamais usou seu poder para conter as investigações da polícia.

Se tenho essas certezas para sustentar que não acredito que o objetivo principal seja o combate à corrupção, tenho profundas desconfianças no que concerne ao que eu acho que é o verdadeiro e maior objetivo: derrubar o governo e o PT, e mudar toda a linha política. Fundamento minha desconfiança:

A operação começou no tempo precisamente oportuno para prejudicar a campanha de reeleição da presidenta. Foi logo direcionada para a Petrobras, que era um alvo paralelo importante a atingir, e que por isso mesmo havia sido objeto de espionagem pela CIA, denunciada claramente pelo agente Edward Snowden, em “delação” livre, sem nenhum interesse. A espionagem atingia diretamente a pessoa da própria presidenta, o que a levou a cancelar uma visita programada aos Estados Unidos.

A campanha arregimentou todas as forças contra o governo Dilma, para derrotá-la na eleição de 2014. Derrotar o governo que, além de dar seguimento à política de liderança na América do Sul criada no governo Lula, tomou iniciativas mais afrontosas ao grande capital: a lei do Pré-sal, que dava o monopólio à Petrobras, e principalmente a associação mais profunda com a China e a Rússia na formação do bloco dos BRICs, com um empenho especial na criação do novo banco mundial e do novo Fundo Monetário Internacional (FMI), a ponto de não colocar nenhuma exigência por parte do Brasil para facilitar e apressar essa criação decisiva, feita em Fortaleza.

Bem, eu sou velho e vivi o episódio do golpe sobre Getúlio Vargas, que havia criado o BNDE, a Petrobras, a Vale do Rio Doce, e lutava para limitar em lei a remessa de lucros para o exterior. Lembro bem da campanha que se desencadeou violenta em toda a mídia, a ponto de ser difícil defender Getúlio naqueles dias, e que terminou com o tiro no coração e a carta-testamento, em que Getúlio denunciava os verdadeiros motivos daquela campanha, ligados aos interesses do grande capital. Vivi também,

direta e intensamente, o golpe contra Jango em que, mais tarde, descobriu-se e confessou-se claramente a interferência direta norte-americana.

Enfim, toda esta vivência e esta observação de um velho participante direto na política brasileira me levam a manifestar essas minhas certezas e fortes desconfianças, com o desejo não de revelar a verdade (a *alétheia*), mas de contribuir com a minha opinião (*doxa*) na busca da verdade.

Há muitas coisas em comum nesse golpe que se quer abater sobre o Brasil pela terceira vez.

O golpe

Em artigo anterior, apresentei as razões que me levam a desacreditar que o principal objetivo dessa Operação Lava Jato seja realmente combater a corrupção. Agora quero avançar minha opinião sobre o verdadeiro objetivo maior, que é o golpe contra o Brasil: perseguindo corruptos de um lado só e movendo uma gigantesca campanha de mídia, dar o golpe, derubar o governo eleito pelo voto popular, estraçalhar a Petrobras e as nossas grandes empresas de engenharia, rebaixar a economia brasileira, esvaziar nossa liderança na América do Sul e tirar o Brasil dos BRICs.

Golpe é precisamente isto: tomar o poder que não se conseguiu conquistar pelo voto. É esta a operação em curso desde o início do ano passado, logo após a eleição presidencial que conferiu um segundo mandato à presidenta Dilma Rousseff. Um mandato que, na realidade, não conseguiu exercer ainda, tendo seu governo paralisado por uma grave e proposital crise política, tais o vigor e a fúria da campanha pelo impeachment desencadeada imediatamente em reação à sua vitória eleitoral.

O plano vinha de antes da eleição e a Operação Lava Jato foi lançada em 2014, com dados da espionagem sobre a Petrobras denunciada no Wikileaks, no tempo oportuno para derrotar Dilma na eleição. O juiz Moro, escolhido por eles, é apontado hoje como um dos grandes líderes mundiais pela revista Fortune, aquela das maiores empresas do mundo.

Só que Dilma venceu a eleição; a via eleitoral não deu certo; então começou a articulação do golpe.

Não adianta juristas eminentes comparecerem à mídia golpista para sustentar que o impeachment é constitucional. Não convencem: o impeachment constitucional decorre de um grave crime de responsabilidade que Dilma Rousseff não cometeu. Nem de longe pesam contra ela acusações da gravidade daquelas que levaram ao impedimento do presidente Fernando Collor, levantadas pelo seu próprio irmão. São absolutamente ridículos os argumentos pelo impeachment que hoje se quer decretar. Há uma evidente “forção de barra”! São argumentos falsos, forjados, típicos de golpe!

Quando se pensava que o Brasil, após 20 anos de ditadura militar, teria finalmente consolidada a democracia, surge esta ameaça gravíssima, disfarçada de constitucionalidade. Trata-se de um golpe vil contra a nação brasileira e, mais ainda, de uma verdadeira insanidade, já que ninguém sabe o que pode suceder depois do golpe e provavelmente o país mergulhará num período caótico.

A interesses estranhos pode convir, como convém, este caos no Brasil. Aos brasileiros, nunca! É preciso parar este golpe!

Novamente o golpe

O Brasil, por duas vezes, recentemente, manifestou sua clara preferência pelo regime presidencialista, que é da tradição americana. E neste regime não há hipótese constitucional para o Congresso depor um presidente, porque em sua maioria não gosta dele ou acha que ele está governando mal. Isto é típico do parlamentarismo, que é um governo do Congresso, nomeado e demitido pelo Congresso, não escolhido pelo voto direto do povo.

No presidencialismo pode, sim, haver um impeachment do presidente decretado pelo Congresso. Mas é preciso que fique bem demonstrado que o presidente cometeu um grave crime de responsabilidade. E este caso não se aplica, absolutamente, à presidenta Dilma Rousseff, que não cometeu nenhum crime e que é reconhecida como pessoa de honestidade comprovada em toda a sua vida. Querer classificar como crime grave a chamada pedalada fiscal, que é mero artifício de contabilidade, cometido por muitos e muitos presidentes, governadores e prefeitos, é um evidente forjamento que, este sim, chega a ser criminoso, de tão absurdo, maldoso e até desavergonhado.

Então é claramente golpe o que estão querendo dar. Para indignada revolta daqueles que, como eu, lutaram durante 20 anos pelo restabelecimento da democracia no Brasil; da democracia limpa, sem forjamentos jurídicos e políticos de golpes.

E, mais, no presidencialismo a oposição pode discordar de políticas e medidas praticadas pelo governo, pode votar contra elas, mas não pode provocar a paralisia do Executivo através de uma duradoura crise de ingovernabilidade. O Congresso é um dos poderes da República, tão res-

ponsável pelo bem público quanto o Executivo e o Judiciário. Não pode forjar crises permanentes com o propósito de denunciar o Executivo como incompetente, sem capacidade governamental, e assim justificar um impeachment perante a nação.

Há 52 anos, precisamente neste dia 31 de março de 1964, desencadeava-se o golpe militar, que implantou uma ditadura de 20 anos, contra a qual muitos dedicaram suas vidas. Neste longo período, a política foi posta de lado e desvalorizada, desinteressando a juventude e causando, por isso mesmo, um vácuo na formação de novas lideranças, que tão gravemente repercute hoje.

Sem líderes políticos, sem participação da juventude, o poder econômico tomou conta das campanhas eleitorais e de toda a vida política através da corrupção. O golpe obviamente não vai corrigir isso, mas com certeza agravar o quadro de desmoralização dos políticos.

É 31 de março de 2016, dia de denunciar e reverter o golpe; que é contra a nação brasileira, é desastroso para a nação brasileira, e tem de ser fortemente repudiado por todos os brasileiros!

Registro, com orgulho e satisfação, a posição assumida pelo meu Clube de Engenharia que, ao contrário da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB), não adere ao golpe, mas o repudia.

Panamá Papers

Surgiu um novo escândalo, megaescândalo internacional do tamanho de vários lavajatos, fora do alcance e também do interesse do juiz Moro, já que não atinge diretamente o PT. Tem brasileiro dentro dele, claro, e o juiz Moro mandou logo seus agentes vasculharem o escritório da representação da empresa Mossack & Fonseca em São Paulo; prendeu alguns, querendo delação, mas recuou, soltou-os logo e botou uma pedra em cima do negócio.

Um dia vamos saber por que. Um dia também saberemos por que apareceu essa grande lista de *off-shores* de dinheiro sujo, do Panamá, e não de outros paraísos fiscais. Tinha grandes amigos do presidente Putin, certo; mas tinha também o nome do primeiro-ministro britânico, David Cameron. Pegou muito mal. Estava lá o presidente da limpíssima Islândia, que teve de renunciar imediatamente! Estava o presidente da Ucrânia, grande amigo do Ocidente. E até o novo presidente Macri, da Argentina, que seria um exemplo para toda a América Latina! E centenas de outros nomes importantes.

Um escândalo realmente exemplar, para dar muito o que pensar, no mundo todo e muito especialmente aqui no Brasil, onde mais uma vez se usa “a velha, surrada e manipulada bandeira do combate à corrupção” (Mauro Santayana) para um golpe e tomar a presidência da República por meio de um processo policial cheio de suspeições de facciosismo político.

O Brasil não é mais corrupto do que outros países, como querem os tantos brasileiros que não gostam do seu país. Talvez pela natureza do colonialismo português de 300 anos, talvez pela índole tolerante do povo

caldeado, o Brasil pode ser mais permissivo, ou relaxado no melhor sentido da expressão, que pode ser ligado a uma largueza maior de maturidade e compreensão da vida. Não mais corrupto. A Inglaterra, no nosso tempo de colônia, enforcava gente por simples furto; muita gente, até meninos!

O Brasil foi mais civilizado e aboliu cedo a pena de morte, foi dos primeiros. E nem por isso, por tantos anos de barbaridade, os ingleses impediram que o seu impoluto primeiro ministro guardasse secretamente dinheiro sujo no Panamá. Panamá, aliás, é uma expressão popular que designa uma operação corrupta. E a origem dessa significação marota não está no Brasil nem no Panamá, mas na Europa dos primeiros anos do século passado, em razão de uma gigantesca operação de estelionato que sujou nomes de grandes engenheiros franceses nela envolvidos, verdadeira ou falsamente, como o Lesseps do canal de Suez e o Eiffel da bela torre. O dinheiro hoje é o grande móvel do crime. Faz tempo.

Séculos atrás estrangulavam-se irmãos para assumir o trono; ou arrancavam-lhe os olhos e os trancavam em masmorras para sempre. Era o poder. Hoje o poder é o dinheiro, e cada vez mais generalizadamente, não só no Brasil. Com dinheiro compram-se votos, compram-se deputados, compram-se jornais, rádios e televisões. É preciso combater o crime, claro, a corrupção, permanentemente, eficazmente, punindo os culpados, quaisquer que sejam, não escolhendo os culpados dentro de um partido. Não depondo presidentes que não cometeram crimes, em processos facciosamente armados pelos mais corruptos, reconhecidamente mais corruptos, escancaradamente mais corruptos, colocados nas posições-chave para este fim.

Isto, para mim, não é ideia de brasileiro. É projeto de potência dominadora que despreza o Brasil, escarnece das nossas instituições e acha que aqui pode fazer tudo porque tem aliados poderosos, sócios do negócio, corruptos, prontos para a empreitada. A consciência política mais alertada sabe disso, pelo mundo todo, especialmente aqui na nossa América do Sul.

O secretário-geral da OEA, o uruguaio Luis Almagro, preocupado com o novo modelo de golpe – o modelo Paraguai –, botou a boca no trom-

bone. Na Argentina não foi preciso e na Venezuela provavelmente também não o será. Mas outros países do Continente, se necessário, poderão sofrê-lo. Calabar ainda podia ser entendido como um brasileiro que achava que a outra colonização seria melhor para nós. Os traidores de hoje, não, esses da mídia golpista agem por dinheiro mesmo, faturam a traição aberta e conscientemente

Consumado

E *s ist vollbracht.*

Não se trata da bela ária da Paixão de Bach na voz rara e clara do contratenor, mas do golpe mesmo, o golpe baixo, o golpe paraguaio da CIA no Brasil. Não creio que o Senado Federal tenha condições de desfazê-lo depois de tanto trabalho e tanto gasto. A menos que Eduardo Cunha (PMDB), acossado, resolva fazer uma “delação”. Aí não vai sobrar mesmo ninguém. Joaquim Barbosa, ex-ministro do STF, coberto de vergonha com aquela sessão da Câmara, prognosticou novas e maiores vergonhas. E ele sabe.

Mas a probabilidade é que os capitais que comandam a operação cuidem de mantê-la. Agora vão fluir bem, esses capitais: a mídia só vai noticiar coisas boas e o mercado se vai locupletar de tanto *business*. Se tudo der certo, o petróleo será deles e o caminho estará aberto para uma nova Alca, talvez um tratado transatlântico, com a Argentina de Magri, a Venezuela pós-Maduro e alguns países africanos, nos moldes do transpácífico. Europa, não; está muito complicada, e nem está interessada, no momento, em tratados econômicos: rejeitou a Ucrânia e o Mercosul.

Ressurge então, pleno, o Brasil de Fernando Henrique Cardoso (FHC), das privatizações, agora com o programa Bolsa Família que pode continuar, é bem-vindo, acoberta o resto. Novas privatizações, para terminar o plano que foi interrompido, isso sim que é importante: a Caixa Econômica, que estava pronta, na linha de tiro; e o BNDES, que não é mais necessário, não há outras grandes privatizações a serem financiadas, e o mercado cuidará do desenvolvimento. A Petrobras é difícil pelo valor simbólico especial que tem; mas já foi bastante enquadrada e reduzida. O único problema é o

tempo: essas coisas precisam ser feitas antes da eleição de 2018 que é muito difícil de ganhar.

Bem, a política tem mistérios, de repente podem aparecer complicações: não surgiu lá na matriz o fantasma do senador Bernie Sanders? Foi só um fantasma, sim, mas deu para assustar, e foi um aviso.

Aqui, a visão de Joaquim Barbosa pode ter sido também um aviso. Oh, meu Deus, ele deve estar pensando, que confusão eles fizeram. E agora?

Separando ideias

O golpe continua sua marcha; vão crescendo manifestações contrárias das classes mais atingidas e (surpreendentemente) da juventude, que a mídia não noticia. Há que esperar, entretanto, o andamento, e vamos então aproveitar este interregno para comentar ideias em tramitação no mundo, que só circulam distorcidas pela mídia.

Existe, sim, um novo paradigma de pensamento científico, que não se funda mais na separação entre sujeito e objeto da observação, que se levantou a partir dos paradoxos da física do século XX, e que ganhou expressão mais consistente no âmbito das ciências sociais a partir do conceito de razão comunicativa de Jürgen Habermas e das teorias da complexidade aplicadas ao desenvolvimento econômico. São manifestações interessantes de uma nova visão do mundo que precisam ser discutidas, desenvolvidas, aperfeiçoadas, e não distorcidas.

No bojo dessas novas formas de pensar, os interesses materiais poderosos encontram margens para colocar suas visões específicas, obviamente interessadas, em afirmações tais como: “o conceito de nação está superado pela globalização econômica e política e não existem mais interesses nacionais”; assim também, “não existem mais interesses de classe, tudo deve ser tratado globalizadamente e desapareceu aquela divisão política entre direita e esquerda”.

Falsidades muito difundidas como verdades da modernidade. As nações fortes, dominantes, têm todo o interesse em supervalorizar esta interpretação da globalização, pois que elas dominam o processo e, através dele, vão impondo seus interesses nacionais sob o manto de verdades da

ciência universal. E as nações mais fracas, de outro lado, precisam rejeitar firmemente essas armadilhas e defender, com suas políticas nacionais eficazes, seus interesses específicos como fizeram, ao seu tempo, os países dominantes de hoje.

O Brasil pôs em prática algumas dessas importantes políticas de defesa, unindo em torno delas as nações sul-americanas; o Brasil rejeitou a Alca e fez alianças fora do seu campo tradicional, com os países dos BRICs, buscando abrir novos caminhos e instrumentos para o desenvolvimento dos retardatários. Lamentavelmente abriu flancos, entretanto, na atuação política, que propiciaram o golpe que com certeza vai procurar anular essas iniciativas nacionais e fazer o país retroceder aos chavões da globalização. Urge organizar uma grande mobilização nacional contra esse retrocesso, mesmo no ambiente hostil criado pela mídia golpista, instrumento dos interesses do *business* dominador.

Assim, também, no tocante às diferenças de classe que o Brasil vinha se esforçando em reduzir, mesmo apresentando um quadro ainda dramático de desigualdades, situado entre as maiores do mundo. Possivelmente o golpe não extinguirá algumas dessas iniciativas, como o programa Bolsa Família, por exemplo, mas certamente porá fim à política de valorização dos salários que produziu os efeitos mais importantes.

Não será fácil, depois do golpe, resistir à força de anulação desses avanços decisivos. A cantoria orquestrada da mídia usará, certamente, todos os recursos de distorção de novas teorias para continuar tecendo loas à globalização, ao livre comércio, ao Estado mínimo, à inserção maior do Brasil em todo este processo de recuo, que garantirá sua condição permanente de subdesenvolvido. Não será fácil separar ideias e alertar a nação; não obstante, é imperativo; é dever da consciência política brasileira.

O golpe vai ter pressa; a democracia precisa organizar a resistência. O Brasil precisa resistir.

Revalorização da política

Ouçõ tão repetidos comentários depreciativos à qualidade da nossa representação política, concentrados numa abominação à baixa qualidade dos pronunciamentos feitos pelos deputados na sessão da admissibilidade do impeachment, que minha preocupação cresce muito mais com a visão do futuro da nossa vida pública, ainda mais desvalorizada.

Houve, sim, evidentemente, uma profunda desqualificação da nossa representação política e, por isso mesmo, importam muito, neste momento, as disposições e iniciativas de tomar mais interesse e participar mais da política, ao invés de criticar e desvalorizá-la ainda mais.

Vinte anos de ditadura e desmoralização da política afastaram a juventude brasileira do interesse por esta atividade nobre e essencial, que sempre a motivara em tempos anteriores. Jovens brasileiros, nessas duas décadas, desprezaram idealismos políticos e se prepararam para melhorar sua competitividade individual no mercado. Vinte anos sem formação de lideranças tinham que produzir a desqualificação dos quadros que hoje se lamenta tanto.

A dominância absoluta das regras do mercado na vida nacional, a partir de 1990, tinha fatalmente que produzir a mercantilização da vida política que, encontrando o vazio da presença da juventude nas campanhas eleitorais, criou a profissionalização generalizada dos cabos eleitorais, com seus exércitos mercenários de rua e marqueteiros especializados de televisão, que tornaram as candidaturas um investimento cada vez mais dispendioso. Candidatos passaram a ser veículos de interesses que bancavam campanhas mirabolantemente encarecidas.

Ademais dessas transformações, a opinião pública, que antes lia uma boa diversidade de jornais – *Correio da Manhã*, *Diário de Notícias*, *Jornal do Brasil*, *Diário Carioca*, *O Jornal*, *O Dia*, *Imprensa Popular*, *O Globo*, *A Noite*, *Última Hora*, *a Notícia* – passou a ver uma só televisão, perdendo o confronto de argumentos e posições, e perdendo o hábito da leitura que alarga e exercita a mente. Como diz Paulo Metri [conselheiro do Clube de Engenharia], telinha demais amofina, anestesia e engorda. Atoleimou-se assim a opinião e muito mais a sua representação na política.

Reverter este processo degradante não é tarefa fácil; tanto mais que a televisão veio para ficar, o hábito de leitura não se recuperará, o capitalismo midiático concentra cada vez mais os veículos, que cada vez mais dominam a cena política. Entretanto, criticar só, sem disposição de colocar as mãos na graxa, isto é, sem participar da política, escolher um partido e nele se inscrever e frequentar seus encontros, sem procurar comentaristas de vários lados e matizes e ler e discutir seus argumentos, sem conversar e discutir política cotidianamente, ficar só na crítica, no lamento e na continuidade da depreciação, é condenar o Brasil (e o mundo) à escravidão do dinheiro e à concupiscência da corrupção.

Recobro ânimo cada vez que ouço de alguém que pretende se candidatar, porque não se pode entregar definitivamente a política aos corruptos e oportunistas. É a estes, em número cada vez maior, que devemos confiar à verdadeira recuperação da honradez e da nobreza na política brasileira. A hora é de, urgentemente, decididamente, revalorizar a política, entrando e agindo diretamente nela.

Bem, mudo de assunto porque não posso deixar de comentar o afastamento de Eduardo Cunha (PMDB). Todo mundo sabia quem ele era quando foi posto na presidência da Câmara: para cumprir bem, como nenhum outro, o processo do impeachment. Agora, desempenhado a contento o seu papel, pode ser afastado, aliás, deve ser afastado, para demonstrar o bom propósito dos golpistas de combater a corrupção. Com o cuidado de não irritá-lo contra os seus companheiros golpistas, para não provocar uma delação arrasadora dele, sentindo-se traído pelos comparsas. Então,

não podia ser obra do Conselho de Ética da Câmara dos Deputados, devia ser um ato do Supremo Tribunal Federal (STF), uma decisão inabalável do outro poder maior, contra o qual ele não pode revidar. Perfeito, por unanimidade, até o ministro Gilmar Mendes votou contra ele, e o *Globo* deitou um editorial aprovando. Tudo certinho.

Dez pontos para reflexão

Sim, foi mais um golpe, não adianta parecer jurídico de sustentação nem discurso no Congresso Nacional; a evidência do senso comum é arrasadora e vai prevalecer no longo prazo. Michel Temer na presidência não terá legitimidade.

Grande parte da opinião acabou apoiando o golpe convencida, realisticamente, de que seria a única maneira de tornar o país governável, visto que a presidenta Dilma Rousseff teria perdido completamente a condição de governar. É o pragmatismo do fato consumado se sobrepondo aos princípios institucionais.

Se a presidenta realmente perdeu esta condição de governabilidade, foi por força da crescente e asfixiante crise política forjada para o golpe, desencadeada no momento em que ela foi reeleita, com o propósito claro de derrubá-la. A crise fez parte do golpe, como condição de êxito, e cumpriu o seu papel. Só que, agora, constituirá um grande problema a ser enfrentado pelos golpistas.

O golpe foi cuidadosamente arquitetado e trabalhado, a partir da derrota eleitoral dos golpistas em 2014, por um comando competente e experiente.

Foi um golpe declarado e energizado pela mídia, deflagrado por membros Ministério Público e do Poder Judiciário que já estavam atuando desde um ano antes, com vistas ao resultado eleitoral que foi perdido. Acabou conjurado e desenvolvido no Congresso com apoio na cúpula do Judiciário. Tal como o golpe do Paraguai, poucos anos atrás.

Foi uma operação de grande envergadura, planejada e coordenada com competência especializada e forte poder de sustentação econômica,

incluindo o poder de influir sobre o mercado que, com suas “incertezas”, cooperou decisivamente para o golpe.

As evidências também vão mostrando que as razões do golpe estão muito ligadas à política internacional do Brasil de rejeitar a Alca, aderir aos BRICs, criar as novas instituições financeiras mundiais alternativas, e liderar a América do Sul em movimento de independência com o Mercosul e a Unasul. Brasil, Argentina e Venezuela, agora realinhados politicamente com o grande capital, serão apoios muito importantes para o novo Tratado Transatlântico, nos moldes do transpacífico, que vem encontrando resistências na Europa. E José Serra (PSDB) nas Relações Exteriores é o homem certo para este novo alinhamento.

A atual embaixadora dos EEUU no Brasil é a mesma que tramou o golpe contra o presidente Lugo no Paraguai e, como disse Marcelo Lavenère na Comissão do impeachment, o cérebro e o cofre deste golpe no Brasil estão fora do país.

A presidenta Dilma Rousseff demonstra com altivez seu caráter forte e límpido, sai cercada pelo respeito de uma pessoa honrada, condenada por um Congresso enlameado de corrupção, e vai continuar lutando contra o golpe.

É imprevisível, instável e temerária a situação do Brasil nos próximos meses de um governo sem legitimidade, em meio a uma crise econômica que o próprio golpe engendrou. E isto também, o atraso do Brasil, atende aos interesses do cérebro e do cofre que comandaram o golpe.

E a pergunta surge então naturalmente; surge como manifestação de humor negro, mas deixa um resíduo grosso e ácido que não desaparece: depois desta nova demonstração de poder e dominação (a quarta demonstração que eu presenciei ao longo da minha vida), depois deste golpe paraguaio no Brasil, o senso de realismo que a política exige não recomendaria que desistisse o Brasil de ser uma nação independente e aderisse abertamente à grande federação do Norte? Afinal, política demanda respeito à realidade e esta nos mostra fartamente que a autonomia nacional brasileira é só um sentimento, não uma objetividade. Cada vez que iniciamos uma política brasileira que contraria os interesses do grande capital, a mídia,

que faz a cabeça do povo, investe maciçamente contra ela e o golpe se efetiva, de uma forma ou de outra, para anular aquele projeto. Então, brasileiros, diz a sabedoria realista, vamos cuidar cada um de sua vida e parar de sonhar com projetos nacionais. Vamos globalizar o nosso país e, a partir deste reconhecimento pós-moderno, poderemos reivindicar o envio de deputados nossos a Washington para obter recursos para melhorar a nossa vida. Poderemos abolir as Forças Armadas, como faz a Costa Rica com grande economia, e confiar ao Império a nossa defesa em caso improvável de agressão. Poderemos renunciar à nossa moeda e adotar o dólar, como faz o Equador, sem que tenhamos de nos preocupar mais com estabilidade do real. Enfim, reconhecer a realidade incontrastável e cuidar com sabedoria das nossas praias, das nossas favelas e dos nossos festejos.

Quantos brasileiros, destes muitos que não gostam do Brasil e que sonham em viver em Miami, que gostam desses golpes políticos que nos reaproximam do mundo rico; quantos brasileiros já não pensam assim, mesmo que não tenham consciência clara?

Pra mim, como disse, é humor negro; mas eu estou fora do mundo real, sou um velho socialista, não vejo televisão e não tenho celular. Ora.

Autocrítica

Eis o momento para o PT fazer sua autocrítica. Jamais perderá o crédito dos importantes avanços que deu à nação brasileira nos seus 13 anos de governo: a redistribuição de renda, a valorização dos salários, como nunca antes, a multiplicação das universidades no interior e das escolas técnicas, e a nova articulação no campo internacional: a adesão aos BRICs e à União Sul-Americana, que deu ao Brasil uma presença com destaque que nunca teve antes. Ademais, deu completa liberdade à polícia e à Justiça para combaterem a corrupção, desbaratarem quadrilhas, envolvendo importantes líderes políticos e empresariais, sem nenhum cerceamento ou engavetamento, como antes frequentemente se fazia. Eram seus compromissos fundamentais.

Registrados os êxitos, cumpre inventariar os erros. Houve alguns de natureza econômica, como uma desatenção em relação à prioridade do desenvolvimento industrial, uma exacerbação no incentivo ao consumo e na ampliação do crédito em direção a um endividamento excessivo das famílias, e ainda uma fixação grave na supervalorização do real ensejada pela boa onda de exportação de commodities. Erros importantes, sim; entretanto não tão graves quanto os erros políticos, que acabaram nos avanços conquistados.

O PT nasceu e cresceu com uma proposta política nova, isenta de vícios antigos, como um partido emproado que nos desprezava, a nós os lutadores históricos do campo da esquerda, como os trabalhistas, os socialistas e os comunistas. Em sua alardeada pureza, recusava alianças com qualquer outro partido, lançava sempre candidatos próprios, para cons-

truir sua militância. Pessoalmente, eu fui alvo desta intransigência ranheta do PT quando negou o apoio à minha gestão socialista na prefeitura do Rio e, mais, no momento mais agudo da crise da falência, foi um opositor duro que chegou a mover um processo de expulsão dos dois petistas que colaboravam na minha administração: Sérgio Andréa, que era secretário de Desenvolvimento Social, e Chico Alencar, que era uma das figuras principais da Secretaria de Educação.

Leonel Brizola foi também alvo de críticas severas do PT e deu límpida demonstração de consciência política quando, superado por Lula por uma quantidade mínima de votos, na eleição de 1990, imediatamente reuniu o PDT para, sem nenhum ressentimento e sem nenhuma condição, apoiar Lula no segundo turno.

Após a terceira derrota pela Presidência, o comando do PT deve ter concluído que, na nova configuração da atividade política instaurada pelo domínio absoluto do mercado e pela conseqüente mercantilização de todos os aspectos da vida nacional, era necessário, era realisticamente indispensável entrar no jogo mercantil e conseguir bons financiamentos para as futuras campanhas eleitorais.

Assim foi pensado, assim foi decidido, assim foi feito, suponho, e na eleição seguinte Lula saiu vencedor e foi elevado à presidência da República. José Dirceu foi a grande figura no comando deste processo. O preço que está pagando é altíssimo, e flagrantemente injusto em relação às responsabilidades de centenas de outros líderes da política e da sociedade brasileira que procederam da mesma maneira. A pena de 23 anos que lhe foi imposta agora, pelo torvo juiz Moro, é uma decisão hedionda.

Bem, mas o PT já não era o mesmo da pureza original e, no jogo das composições políticas para o exercício do poder, foi avançando mais e mais nas práticas da mercantilização política. Na aliança com partidos useiros e vezeiros na corrupção eleitoral, foi aprendendo e praticando com maior desenvoltura as mesmas normas. A saída – discreta, mas significativa – de Frei Betto das funções que exercia no Palácio foi um primeiro aviso, que o PT não quis perceber. O episódio rumoroso do mensalão e a saída do

grupo de militantes que fundou o PSOL foi um segundo e definitivo aviso. Que o PT ainda não quis escutar.

Claro que, paralelamente, no exercício do poder e no apego a este exercício, descuidou-se também das suas ligações históricas com os movimentos sociais e foi perdendo apoios importantes na sociedade.

O desfecho foi o golpe, a imprevidente abertura do flanco para o golpe, que atingiu a presidenta, que certamente teve os seus erros, mas nunca, jamais, entrou na prática ilícita de muitos dos seus companheiros. Mas atingiu especialmente o Partido dos Trabalhadores, assim como o seu líder maior, Luiz Inácio Lula da Silva.

Muito ruim tudo isso para o PT, que agora tem que fazer sua auto-crítica e se reorganizar para um futuro incerto. Incerto, porém não desesperador. Nas eleições seguintes a todo este triste episódio, os empresários doadores com certeza serão muito parcimoniosos nos seus investimentos eleitorais, e os partidos que puderem contar com militância própria terão melhores condições de campanha. Pois certamente o PT, mesmo golpeado e desmoralizado, ainda tem mais militância do que qualquer outro partido brasileiro.

Pior que o PT está a nação brasileira e o seu povo, com sua economia desorganizada pelos golpistas e ameaçada de retrocessos muito graves, comandados pelo Império do Norte que recapturou sua presa.

Escancarado

A gravação da conversa de Romero Jucá (PMDB) com Sérgio Machado escancarou o golpe. Não surpreendeu, como não surpreenderão outras revelações chocantes que ainda vão aparecer. Logo em seguida, já veio a do José Sarney (PMDB), mostrando o medo do Aécio Neves (PSDB) com a Operação Lava Jato e o medo geral com uma delação da Odebrecht, que seria uma metralhadora. Outras seguirão no mesmo veio: se o alvo fosse a corrupção, não sobraria ninguém. Surpreendeu, sim, a veiculação da *Folha*.

Não surpreende (as gravações) porque evidências já se mostravam com clareza: a persistência de Eduardo Cunha (PMDB) no comando da Câmara dos Deputados é um escândalo; o eclipse da figura de Sérgio Moro na mídia mostra que ele já cumpriu seu papel. Possivelmente ele percebeu e, irado, vingou-se sobre José Dirceu (PT) com aquela pena ominosa.

Não surpreendeu, também, a hesitação de Michel Temer (PMDB), aguardando um dia para que Jucá se resolvesse a solicitar a sua licença. Temer não poderia demiti-lo, como não pode romper com Cunha: uma “delação” de qualquer deles derrubaria toda a camarilha golpista.

A hesitação, a insegurança, o recuo, nestes casos como no caso do Ministério da Cultura, é o retrato da falta de legitimidade, é a tradução do sentimento próprio da fragilidade da investidura pelo golpe, sem o respaldo do voto popular.

Esta fragilidade será também muito onerosa sobre a capacidade de Temer para enfrentar a crise econômica que os próprios golpistas criaram artificialmente, acionando o Mercado, para convencer a opinião brasileira da incompetência da presidenta Dilma.

Bem, a motivação do golpe também vai se abrindo pelo acordo do novo presidente argentino com Barack Obama, concedendo permissão para a instalação de duas bases americanas no seu território, uma delas na fronteira com o Brasil. Algo impensável em outros momentos. José Serra foi a Buenos Aires conferir e dizer a Maurício Macri que é isso mesmo.

Em paralelo, é prudente substituir a embaixadora Liliana Ayalde, a mesma que articulou o golpe no Paraguai, já que sua missão no Brasil está cumprida e não convém expô-la em demasia. Ela já escreveu um artigo no *Globo*, apresentando as vantagens da aliança com o seu país.

E o juízo popular vai então repetindo com vigor cada vez maior: se o entreguismo é inevitável, Forças Armadas na América do Sul são um gasto público pesado e sem utilidade. Basta conceder bases físicas à força imperial e confiar no seu poder incontestável para uma defesa eficaz e gratuita contra qualquer agressão.

Há que acrescentar, com certo humor negro do bom-senso-comum: se o entreguismo é mesmo inevitável, importa reconhecer o estupro e reivindicar uma adesão mais formal para que possamos mandar deputados nossos ao Capitólio, a reivindicar bons recursos para o Brasil.

As razões dos outros

Novamente me valho do artigo do último sábado de Marcio Tavares do Amaral (*O Globo*, 16 jul. 2016), sempre sábio. Repudiar o ódio, sempre nocivo e nefando, e buscar o diálogo. Pois nessa busca, é importante ouvir e compreender as razões dos outros.

Eu consigo muito bem entender as razões dos Estados Unidos: razões de Estado deles, sempre muito ciosos dos seus interesses nacionais e extremamente cuidadosos nas questões de segurança nacional deles.

Na perspectiva deles, uma aliança política, econômica (e militar) do Brasil com a Argentina e a Venezuela, mais a participação do Uruguai – que não tem força física, mas sempre teve muita força moral; uma aliança que visa claramente a libertação em relação ao domínio patriarcal deles, com uma componente de hostilidade aberta no caso da Venezuela; uma aliança na qual o Brasil, o país maior, não abre hostilidade como a Venezuela, mas tece autonomamente outras alianças, com inimigos claros como a Rússia e a China nos BRICs, e ainda com nações relativamente soberanas, como a França e a Suécia, para obter tecnologia militar avançada (o submarino nuclear e o caça de última geração); uma aliança como essa, na perspectiva da “*national security*” deles, gera riscos nada desprezíveis, e por isso precisa ser desfeita, desarticulada totalmente.

Ainda mais que o risco considerado envolve, também, a questão sempre crucial do suprimento de petróleo, negado pela Venezuela e pretensamente “independente” no caso do Brasil.

Tem que ser desagregada: uma decisão tomada bem antes de 2014, de execução preparada com a atenção, a experiência e o cuidado que

têm nestas questões. Claro que não se podia pensar no clássico golpe militar. Uma tentativa desastrosa ainda foi feita na Venezuela e acabou fortalecendo mais o inimigo Chavez. O caminho melhor, mais limpo, seria o das eleições. E, com efeito, o resultado foi excelente na Argentina e muito bom, ainda que pendente de complementação, na Venezuela. Não deu certo, entretanto, no Brasil. Apesar da Operação Lava Jato, desencadeada meses antes do início da campanha, com dados da espionagem feita sobre a Petrobras, apesar do grande impacto ampliado pela mídia controlada – que quase derrota o adversário –, a presidenta Dilma venceu, acabou se reelegendo.

Não era possível; não podia falhar o esquema de segurança. Era importante, então, partir para o golpe não-militar, o golpe civil, “constitucional”, como haviam testado, com êxito, no Paraguai e em Honduras.

E partiram decididamente: já estava no posto, estrategicamente, para o caso de necessidade, a Embaixadora que havia supervisionado o golpe paraguaio. Era preciso comprar políticos corruptos, reforçar o esquema da mídia avassalada para levantar o clamor da classe média urbana, velha aliada e, a novidade, era preciso costurar subrepticiamente, sem que eles próprios percebessem, o Poder Judiciário.

Houve tempo em que assessores americanos prepararam nossos militares, oficiais e sargentos, para exercerem eficazmente a tortura no combate à guerrilha esquerdista. Com êxito. Da mesma forma, prepararam juízes nossos para usarem processos até então não utilizados aqui, como o uso e abuso da prisão preventiva para obter delações premiadas. Eficazes.

E logo após a eleição perdida para eles, iniciou-se a Operação Golpe. Ao fim de um ano de trabalho, no início de 2016, a operação estava praticamente vitoriosa; todas as peças bem colocadas, na presidência da Câmara, onde se iniciaria o processo, estava o aliado maior, o corrupto maior, e o golpe podia ser desencadeado com sucesso.

Eu consigo compreender inteiramente a razão dos outros. Só não consigo, bem, entender as dos nossos, os entreguistas. As da mídia e dos corruptos, sim, claro, é o dinheiro. As da classe média tradicional envolvem

velhos sentimentos, velhas razões de classe, que demandam mais competência, que me falta.

O fascínio do consumismo, do padrão de vida americano que veem no cinema desde a infância; a formação e a especialização profissional feitas nas universidades norte-americanas, a formação dos nossos oficiais militares, em estreita ligação com eles desde o combate lado a lado na Itália contra os alemães; a lembrança ainda viva dos tempos de ameaça comunista; e, enfim, o velho orgulho de classe culta que sabe mais do que o povo simples. Um amontoado de razões. Dá para compreender por alto. É mais difícil dialogar neste caso, por causa da questão nacional brasileira; porque a posição deles finda por submeter a nação ao velho jugo. Mas eles aceitam bem este jugo, encaram-no como uma condução amiga e paternal, de quem tem mais força, sabedoria e competência para nos orientar e nos ensinar. E sobretudo, nos tirar de outros caminhos perigosos, orientais.

Enfim, a gente sabe, crescer é complicado, é difícil; muitos preferem ficar meninos para sempre.

Sobre o autor



Roberto Saturnino Braga nasceu no Rio de Janeiro em setembro de 1931.

Formado em Engenharia Civil e econômica, com cursos da Comissão Econômica para a América Latina (Cepal) e do Instituto Superior de Estudos Brasileiros (ISEB), foi funcionário do BNDES, a partir do primeiro concurso do Banco, em 1956.

Iniciou sua trajetória política em 1962, candidando-se a deputado federal pelo Estado do Rio, pelo Partido Socialista Brasileiro (PSB), destacando-se como um dos dez deputados mais atuantes daquele mandato. Em 1966, após o Ato Institucional nº 2 (AI-2), teve sua candidatura à reeleição impugnada pelo Serviço Nacional de Informação (SNI).

Voltou à política só oito anos mais tarde, em 1974, pelo Movimento Democrático Brasileiro (MDB), partido que ajudou a fundar, como candidato a senador pelo estado do Rio. Obteve mais de dois terços dos votos do eleitorado e foi, durante seu mandato, o porta-voz da oposição nos assuntos econômicos. Saturnino foi então um dos maiores críticos do chamado “milagre econômico” da ditadura.

Em 1982, desligou-se do PMDB por discordâncias políticas e entrou para o recém-fundado PDT, de Leonel Brizola, reelegendo-se para o Senado na chapa Brizola-Darcy-Saturnino.

Em 1986 foi o primeiro prefeito do Rio de Janeiro eleito por voto direto. Embora tenha encontrado a prefeitura praticamente falida, sua atuação foi marcada por inovações de grande alcance como a primeira experiência de gestão participativa no país.

Em 1992 elegeu-se vereador pelo PSB e em 1998 voltou ao Senado pela terceira vez, vencendo a eleição com 2 milhões e 300 mil votos. Neste seu mandato como senador destacou-se como membro do Conselho de Ética e relator do rumoroso caso de violação do painel do Senado. Em março de 2002 filiou-se ao PT, defendendo uma aliança entre os partidos de esquerda.

Paralelamente, Saturnino Braga dedicou-se a escrever, tendo 15 livros publicados de política, de literatura e de ficção. Entre eles: *Democracia Participativa no Rio* – em coautoria com Bruno Saturnino Braga (Editora Contraponto, 2015), *Retrato do Ser* (Editora Record, 2013), *Ética e Política* (Contraponto, 2012), *Cartas do Rio* (Record, 2011) e o *Curso das Ideias* (Editora Fundação Perseu Abramo, 2009).

Saturnino Braga foi conselheiro da Fundação Perseu Abramo (FPA). Atualmente preside o Centro Internacional Celso Furtado de Políticas para o Desenvolvimento e o Instituto Cultural Casa Grande.

O livro *Lições do golpe* foi impresso pela Graphium para a Fundação Perseu Abramo. A tiragem foi de 500 exemplares. O texto foi composto em Adobe Garamond Pro, corpo 10,5/13,65. A capa foi impressa em Cartão Supremo 250g; e o miolo em Pólen Soft 80g.